

COMPLEXO RURAL BRASILEIRO: HÁ UMA TEORIA PARA COMPREENDER?

José Antônio Herrera¹

Pedro Ramos²

RESUMO

O Brasil ao longo de toda sua história sempre se fez dependente do setor agropecuário. Este por sua vez foi se configurando com desequilíbrios e desarranjos estruturais, sobretudo quando passa a ter mais fortemente a participação do capital industrial em sua dinâmica, favorecendo a industrialização e modernização do setor. Na tentativa de acompanhar as mudanças ocorridas, estudos foram sendo realizados, novas abordagens e diferentes definições foram disseminadas na tentativa de análise da dinâmica agropecuária. Essas se constituíram desconsiderando os problemas estruturais e a diversidade que se tem no caso brasileiro, onde se percebe tanto o empresário rural altamente capitalizado e integrado via os complexos agroindustriais articulados ao mercado externo quanto grupo de produtores familiares com inúmeras especificidades em suas atividades produtivas. O presente texto tem o intuito de colaborar com a reflexão sobre a dinâmica agropecuária brasileira, partindo dos questionamentos: até que ponto a “evolução” assistida no setor consolidou um novo complexo rural? E, existe uma teoria capaz de compreender o complexo agropecuário brasileiro?

Palavras-chave: Brasil; Amazônia; complexos rurais; produção agropecuária.

1 Professor/Pesquisador do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR/ Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET; Doutorando do curso de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: herrera@ufpa.br.

2 Professor/Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola – NEA do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: peramos@eco.unicamp.br.

ABSTRACT

Alongside the history, Brazil was always dependent of the agricultural sector, that was being configured itself with structural unbalances and disarrangements, most of all when it starts to have most strongly the participation of industrial capital in its dynamic, favoring the industrialization and modernization of the sector. In the attempt to accompany the happened changes, studies was being accomplished, new approaches and different definitions was been disseminated in an attempt to corroborate the analysis of the dynamic agricultural, however, these were themselves ignoring the structural problems and the diversity that has been in the Brazilian case, where is realized both a rural businessman highly capitalized and integrated agro-industrial complex through the external market, as the group of family farmers with many special features in their productive activities.

Thus, this text has the intention of collaborating with the reflection about the dynamic Brazilian agricultural, starting from these questions: how far the "development assistance" in the sector consolidated a new rural complex? And, there is a theory able to understand the complex brazilian agricultural?

Keywords: Brazil; Amazon; rural complex; agricultural production.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem sua história com forte dependência do setor primário-exportador caracterizando sua trajetória de (sub)desenvolvimento. Muitos trabalhos analisaram as relações e dinâmicas deste setor, no entanto, fogem a essas análises gerais as especificidades regionais, principalmente no que se refere aos mecanismos de apropriação dos recursos naturais e às condições socioeconômicas locais. Isto tem particular importância quando se pensa as relações entre o local ou regional e o processo de desenvolvimento.

A diversidade que compõe o espectro do universo rural (desde grandes explorações comerciais à produção de subsistência) normalmente não é percebida ou discutida com a devida atenção. O debate se fecha cada vez mais homogeneizando de forma deliberada o rural brasileiro, atentando para as especificidades de um segmento da agropecuária, gerador de divisas e que sendo

assim apresenta características de integração tanto à montante quanto à jusante da cadeia produtiva, numa abordagem que de fato não consegue explicar as relações no campo cuja motivação nem sempre é a acumulação monetária.

Desde a década de 1950, quando o grupo cepalino discorria sobre o subdesenvolvimento, tinha-se como ponto nevrálgico a relação entre o setor primário-exportador, o setor de subsistência e a forma como os benefícios do progresso técnico penetram na economia nacional e são distribuídos.

Com a inserção da Amazônia na economia nacional, essa problemática torna-se visível e pertinente de ser debatida, uma vez que a região é repleta de peculiaridades, principalmente, no que tange às relações produtivas, que apontam para a coexistência de sistemas pré-capitalistas e capitalistas num mesmo território, caracterizando a fronteira agrícola e suas intrínsecas disputas entre o “localismo” e a dinâmica de obtenção do maior lucro.

Dessa forma pretende-se com o presente texto refletir acerca da evolução do estudo sobre a agropecuária no Brasil, sobretudo discutindo até que ponto a “Nova Abordagem”, que tem como referência a integração horizontal e vertical da produção é suficiente para a compreensão da realidade do complexo agropecuário do Brasil e em particular da Amazônia.

A nova abordagem tem origem na década de 1970, período em que se destaca a resposta dada pelo país à demanda crescente de produtos agropecuários, sobretudo intensificando as conexões interdepartamentais e a relação agricultura e indústria, tendo tal período como marco histórico de superação do chamado “complexo rural” pelo “Complexo-Agroindustrial”, ou seja, a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria com maior especialização do setor.

A partir da modernização, considerada “conservadora”³, ocorre um avanço no setor agropecuário no sentido de atingir maiores rendimentos, mas o que se coloca como problema no escopo deste texto, é até que ponto essa mudança na dinâmica agropecuária responde às necessidades e demandas daqueles considerados pela nova abordagem como o “resto” da agricultura - aqueles em que o conjunto de atividades agrícolas ainda prevalece em bases tradicionais. Para tal reflexão, será feito um relato do referencial teórico sobre o assunto, bem como a apresentação

3 Trata-se de solucionar o problema da competitividade e da produção de alimentos para o mercado interno sem, portanto, alterar a estrutura fundiária, o que foi chamado de problema agrário e persiste até os dias de hoje. (GRAZIANO DA SILVA, 1981; STÉDILE (Org.), 1994; GUANZIROLI, 2006).

de informações que caracterizam o contexto agropecuário dos últimos anos, para que se tenha aproximação da maior ou menor eficiência da nova abordagem ao explicar a realidade rural brasileira, considerando notoriamente as idiosincrasias regionais, em especial da Amazônia, que se coloca emblematicamente no cenário produtivo e econômico nacional.

2. O COMPLEXO RURAL DE UM PAÍS SUBDESENVOLVIDO

Ao pensar e discutir o rural brasileiro, faz-se conveniente retomar a forma como se iniciou a exploração dos meios de produção e como foi se consolidando a estrutura produtiva ao longo da nossa história.

Notadamente a origem exploratória brasileira se dá com expansão das sociedades já capitalistas. Segundo Cano (2000, p.12), as especificidades enquanto colônia remetem à inserção internacional precária e condicionada pela extração e apropriação predatória dos recursos naturais.

O país no período colonial, assim se caracterizou com as grandes extensões de terra sendo doadas pela Coroa Portuguesa a um reduzido número de senhores. Nesse contexto, as pequenas propriedades ocupavam porções de terras no interior das grandes fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico (PRONAF, 2002).

O Brasil em sua inserção internacional tem a marca específica de único país da América com o capital comercial consolidado sob a forma de empresa agrícola (FURTADO, 1978, p.93), fato que determinou as estruturas produtivas do país mediante a dependência dos mercados internacionais como exportador de matéria-prima e demandante de produtos manufaturados.

Furtado (1978, p.91), considera que a abundância de terras, o clima tropical ou subtropical e a quase inexistência de mão-de-obra local na fase inicial de ocupação, fizeram que a grande unidade de exploração se impusesse como forma predominante e quase exclusiva de organização em nosso território. No entanto, essas características não inviabilizaram a consolidação da dinâmica produtiva familiar pautada na subsistência com traços das populações tradicionais e/ou arranjos culturais dos imigrantes europeus.

Condições econômicas e sociais desiguais, inerentes ao desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura em particular ocasionam

lógicas de produção diferenciada no setor agropecuário brasileiro, consolidando distintos sistemas produtivos.

É evidente que tais sistemas são frutos das características da base material de que dispõem e das relações sociais que mantêm com o meio, de maneira a condicionar produções desiguais no campo e, sobretudo objetivos de reprodução econômica e social distintos.

De acordo com Lima (2005, p. 37), os objetivos conformam a finalidade da unidade de produção e o tipo de racionalidade que passa a determinar as estratégias e táticas utilizadas, estabelecendo diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução, aumentando a complexidade e diversidade (heterogeneidade) do rural brasileiro.

A diversidade do rural brasileiro se fez com imposição e favorecimento de minorias. Nas últimas décadas a desigualdade da modernização, modificou o perfil técnico e econômico da agricultura. De acordo com Nascimento *et al.* (2007), a modernização acabou por gerar um desequilíbrio entre as unidades produtivas rurais, deixando as pequenas propriedades e os agricultores familiares à margem deste processo que teve como consequências explícitas o aumento da concentração da renda e da terra e a redução do nível de emprego e da renda dos produtores rurais familiares.

“A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; a grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria (MARTINE, 1991, p. 9 e 10).”

Embora as grandes empresas privadas tenham abocanhado a maior parte dos incentivos do Estado, que segundo Martins:

“Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora.(MARTINS,1989, p. 85).”

Há então, uma deliberada opção de privilégio à lógica de produção agropecuária concentradora. Equaciona-se o problema de geração de divisas e da baixa produtividade da agropecuária como a plataforma de desenvolvimento rural arvorada na exploração predatória do território. O quadro se agrava ainda mais, pois, com o esgotamento das políticas industrializantes, capitaneadas pelo Estado até o final da década de 70, o setor industrial urbano não é capaz de absorver integralmente a mão-de-obra “liberada” no campo, consolidando assim, um vasto exército de mão-de-obra excedente (oferta ilimitada de mão-de-obra) traço marcante do subdesenvolvimento brasileiro.

3. CRÍTICA ÀS ANÁLISES AGREGADAS

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, segundo Ramos (1999, p. 186), a partir do pós-guerra, quando se começou a utilizar em maiores quantidades os equipamentos mecânicos e os produtos da indústria química e conseqüentemente menor dependência das chamadas condições naturais devido à dinâmica de uso de insumos da “indústria a montante”, muitos autores, consideraram necessário repensar a estrutura e evolução da agricultura no país.

Desse momento se registra a perspectiva dos Complexos Agroindustriais CAIs), que segundo Kageyama *et ali* (1990, p.116), foi o processo histórico de passagem do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”, ou seja, para os autores seria a substituição de uma economia natural, caracterizada por atividades simples e pautada pelo tradicionalismo de atividades agrícolas integradas à indústria.

Esse “novo padrão agrícola brasileiro” se estabelece pautado na intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário, isso no sentido de romper com o que consideraram simples no “complexo rural”, a determinação pelas flutuações do comércio exterior (KAGEYAMA *et ali*, 1990).

É bem certo que ocorreram mudanças e modernização na trajetória do meio rural, mas até que ponto se estabeleceu um novo padrão no meio rural brasileiro? Esse questionamento se justifica por entender que mesmo

dada essa “evolução” no setor, problemas estruturais permaneceram e ainda foram aprofundados devido aos desequilíbrios nas dinâmicas produtivas entre as regiões do país, tendo seu agravamento devido às tentativas inadequadas de mecanismos de promoção do “desenvolvimento”.

Ramos (1999, p. 191) ao citar Muller (1985) chama a atenção para a interpretação adotada a partir dos CAIs, em particular para o fato de não ser dada a devida atenção ao problema de apropriação e posse da terra e para as relações sociais decorrentes ao problema da terra.

Com a formação dos Complexos Agroindustriais a agricultura tornou-se cada vez mais subordinada à dinâmica industrial e às alterações nas relações de produção se mostraram irreversíveis, em que pese à modernização e as novas formas de relação de trabalho. Além disso, é importante analisar que com esse processo despontam diferentes formas de representação de interesse na agricultura (ORTEGA, 2005). Cada complexo agroindustrial demanda políticas específicas, ceifando o caráter universal das políticas agrícolas, tornando-as, cada vez mais direcionadas para os segmentos geradores de superávits comerciais, grandes produtores com poder de barganha, contemplados pelas políticas do governo.

O que ocorre é que o desenvolvimento das forças capitalistas no campo, com a integração do capital financeiro e os grandes latifúndios, distancia ainda mais os pequenos agricultores do foco das políticas públicas. A estrutura montada para servir o agronegócio é incompatível com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que acabam se submetendo à dinâmica do agronegócio ou sucumbindo em meio aos grandes latifúndios. As conseqüências do fomento/expansão desmedido das atividades agro-exportadoras foram nefastas para a dinâmica social do país, beneficiando fundamentalmente os grandes latifundiários e especuladores do mercado financeiro, deixando de lado todo o “resto da agropecuária” brasileira, cada vez mais marginalizada e excluída do processo de “desenvolvimento” capitalista.

Tal fato fica explícito na política dual do Estado em que diz fortalecer a pequena produção no país, focando a produção familiar, mas mantendo crescentes valores para os grandes negócios da agropecuária. Notadamente os recursos destinados ao setor agropecuário têm sido cada vez mais reduzidos e ainda assim dividido em dois ministérios com visões e políticas distintas para o meio rural brasileiro, como pode ser observado no Quadro 01 a seguir.

Quadro 1. Orçamento Fiscal da União (2007)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	2007	
	Em R\$	%
Encargos especiais	851.614.462.971,12	48,96
Previdência social	277.223.986.258,06	15,94
Saúde	124.522.911.146,72	7,16
Educação	123.035.547.673,60	7,07
Administração	59.634.026.723,91	3,43
Segurança pública	36.193.856.463,97	2,08
Judiciária	33.887.580.092,08	1,95
Assistência social	32.948.893.119,94	1,89
Outros	179.222.854.567,94	10,30
Agricultura (MAPA)	16.019.805.986,35	0,92
Organização agrária (MDA)	4.932.553.265,39	0,28
TOTAL	1.739.236.478.269,08	100

Fonte: MF/SIAFI, 2008

Elaboração dos autores

Segundo os dados do Ministério da Fazenda/SIAFI (2008), no ano de 2007 apenas 1,2 % do orçamento da União foi destinado aos dois ministérios, sendo que desse total 76,46% refere-se ao valor destinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e apenas 23,54% para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como esboça o Quadro -2 a seguir.

Quadro 2. Orçamento Fiscal da União (2007)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	2007	
	Em R\$	%
AGRICULTURA	6.019.805.986,35	76,46
Promoção da Produção Vegetal	1.952.341.448,59	12,19
Promoção da Produção Animal	171.525.165,20	1,07
Defesa Sanitária Vegetal	73.556.175,76	0,46
Defesa Sanitária Animal	275.410.560,16	1,72
Abastecimento	929.708.649,59	5,80
Extensão Rural	1.539.846.798,93	9,61
Irrigação	919.712.959,42	5,74
Demais Subfunções	10.157.704.228,70	63,41
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.932.553.265,39	23,54
Reforma Agrária	1.969.153.686,37	39,92
Colonização	7.327.556,10	0,15
Demais Subfunções	2.956.072.022,92	59,93
TOTAL (1% do Orçamento da União)	20.952.359.251,74	100,00

Fonte: MF/SIAFI, 2008.

Elaboração dos autores

Os dados observados remetem à reflexão feita por Goodman, Sorj & Wilkinson (1985, p. 5), sobre a intervenção do Estado na dinâmica agropecuária, em que apontam o Estado como arquiteto responsável pelo novo modelo de acumulação capitalista, adotando o mecanismo de “modernização conservadora”, sendo a expressão do incentivo a expansão e diversificação do complexo agroindustrial e da rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura.

“O Estado passa a ser encarado como agente de uma estratégia deliberada e coerente no sentido de transformar a base produtiva da agricultura via sua integração ao complexo agroindustrial. A “modernização conservadora” é vista como uma alternativa para reforma agrária (GOODMAN; SORJ & WILKINSON, 1985, p. 4).”

Outro fator que deve ser ponderado quanto ao incentivo financeiro para o setor agropecuário é que além de se ter maior parte do recurso do Estado destinado aos grandes negócios, ou unidades patronais, essas ainda contam com crescente financiamento privado para dinamizar suas atividades, o que distancia ainda mais a capacidade em relação à produção familiar que na maioria dos casos, quando tem incentivo, é recurso oriundo unicamente do Estado.

Apesar dos incentivos e progressos em determinados sub-setores do país, o universo das desigualdades foram se multiplicando de modo que a nova abordagem; mediante o tratamento dos CAIs, não tem como subsidiar as interpretações acerca da heterogeneidade e complexidade, sobretudo ao considerar a diversidade encontrada nos grupos de agricultores das distintas regiões do país.

Nesse sentido tem pertinência a crítica a classificação determinada por Kageyama *et ali* (1990, p.198), para os CAIs, a saber: a) segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos; b) segmento plenamente integrado à frente, isto é, às agroindústrias processadoras; c) conjunto de atividades modernizadas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais mas sem estabelecer soldagens específicas, sem tomar forma de complexos; e d) conjunto de atividades agrícolas onde prevalece a produção em bases quase que artesanais, isto é, o “resto” da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes.

Com intuito de avançar nessa integração da agricultura à indústria fazem-se necessários arranjos formais cada vez mais consolidados, tendo que contar com contratos para respaldar as relações existentes nos complexos, o que precisa ser dinamizado com instituições para balizar os custos, dar manutenção aos mecanismos e fazer com que os acordos sejam cumpridos.

Apesar de Belik (2001) deixar claro que as instituições podem ser formais ou informais e considerar que essas são produtos da sociedade, o que faz incorporar nas decisões produtivas uma “memória” social baseada em rotinas e aspirações carregadas pelos agentes ao longo da sua existência, destaca que na construção das instituições interagem grupos de interesses e relações sociais que têm poder de alterar as estruturas e assim determinar mudanças no cálculo econômico.

Considerando o grupo de produtores que ainda tem seus sistemas em moldes tradicionais, com baixíssima expressão de formalidade, normalmente

submetidos às relações degradantes de negociação com os demais agentes da cadeia produtiva, ou seja, sem condições de estabelecer contratos e tão pouca capacidade dotada para barganhar os elementos estruturantes, a implicação é que vão continuar sucumbidos a uma relação preconizada como dependente.

Tal fato notoriamente corrobora a diminuição da autonomia dos produtores no que tange às suas tomadas de decisões, submetidos a uma dinâmica em que a agricultura passa ser vista como um simples elo da cadeia produtiva. Assim, ocorre uma reestruturação do sistema produtivo, tendendo à especialização e castrando a capacidade do produtor de definição do preço de seu produto no mercado. É importante notar que este produto é visto como insumo para uma indústria demandante à frente da cadeia.

Nesta circunstância os produtores passam a ter maior vulnerabilidade quanto aos riscos associados às atividades localizadas à montante da cadeia produtiva, uma vez que, dada as especificidades da produção agropecuária, qualquer mudança abrupta nas condições de demanda ou a ocorrência de intempéries naturais consubstanciaram ônus para o produtor, evidentemente, a parte mais frágil da cadeia produtiva.

Ortega, em relação a essa alteração devido à integração e dependência da agricultura à indústria, afirma que:

“A definição dos interesses agrários vai depender do grau de integração que cada agricultor mantém com a indústria, de sua posição social como produtor e dos problemas específicos ligados à região onde produz. Nessa fase de relação neocorporativista entre Estado e sociedade civil, em que a idéia de diversidade de interesse é assumida por todos os interlocutores sociais como algo intrínseco à própria dinâmica sociopolítica, as políticas agrárias (ORTEGA, 2008, p.49).”

Tem crescido o debate acerca da incompatibilidade de coexistência no agropecuário brasileiro dos modelos dissonantes: o familiar e o agro-exportador. A questão central nesse debate está na política agrícola necessária ao desenvolvimento de cada segmento, o que torna paradoxal a coexistência simultânea dos mesmos. As ações governamentais ao se comprometerem com o objetivo central de geração de divisas através do fomento de uma atividade econômica, por natureza, concentradora, inviabilizam a sobrevivência ou competitividade das pequenas explorações agropecuárias (GUALDA, 2006, p.2).

É importante frisar que o conceito de agro-exportador se aproxima do que ficou definido como CAIs (com as devidas ressalvas), ponderando que quanto mais próximo um empreendimento estiver da plataforma exportadora, maior facilidade ou possibilidade terá de integração junto à indústria. Assim destaca Gualda:

“O setor agro-exportador volta-se prioritariamente para a produção em alta escala visando à expansão da produção, com ganhos crescentes de produtividade. Através de constante incorporação de tecnologia procura aumentar sua competitividade junto aos mercados internacionais, assegurando ao país as primeiras posições no ranking de produção e exportação de vários produtos agropecuários.(Gualda,2006, p.7).”

Ratifica-se a diferença existente entre os subsetores no sentido de explicitar que uma única abordagem ou teoria impossibilita de compreender as relações emblemáticas em cada um desses dois grandes grupos (familiar e o agro-exportador). Ainda mais se considerar que para além da dicotomia há existência de conduta no meio rural brasileiro com estruturas heterogêneas (diversidade socioeconômica e produtiva) no interior desses subsetores (grupos).

4. A QUESTÃO CONCEITUAL E A HETEROGENEIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR NO BRASIL

Essa diferenciação e heterogeneidade remetem ao entendimento de que a produção familiar, que ora mais ora menos sempre se fez importante na agricultura brasileira, não é contemplada pela nova abordagem, especialmente por apresentar especificidades de produção que não necessariamente são ditas ou induzidas pela participação do mercado. Estas especificidades são normalmente tratadas a partir de considerações generalizantes, em particular no que tange às atividades agropecuárias familiares e a dinâmica do mercado, estando em certos casos, muito distantes de tal relação.

Essa afirmação fica destacada ao longo do texto intitulado “Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais” de Sergio Leite (2003, p.130), em que a produção destinada ao consumo da unidade

familiar, ou seja, a necessidade de consumo é atendida pela própria produção. No caso diagnosticado pelo autor ao analisar a agropecuária do Rio de Janeiro, 37% do Valor Produzido Bruto (VPB) foram orientados para o autoconsumo, 25,79% humano e 11,27% consumo produtivo.

Essa reflexão se atenua quando pensamos as relações produtivas existentes na Amazônia, composta basicamente por agricultores que não tiveram acesso ao processo de modernização e em sua maioria participam de maneira parcial e incompleta dos mercados.

Diferentes conceitos e definições foram traçados para dar conta da particularidade da produção familiar, incitados pelo fato de que sempre esteve presente no desenvolvimento econômico, mesmo desprovida de incentivos que favorecessem seu dinamismo, diferentemente do fortalecimento da produção de monocultivos e voltada exclusivamente para exportação.

Há um debate fortemente colocado entre os teóricos sobre que tipo de produção familiar se tem no complexo agropecuário.

No Brasil consideram pelo menos duas tendências quanto ao tipo de produção familiar, uma que apresenta de forma enfática que no Brasil existiu e ainda existe o modo de produção camponês, que conseguiu resistir, atravessar os percalços, as relações de conflitos e se viabilizar enquanto categoria atual, predominantemente e resistente à força do modelo agroexportador estimulado no meio rural.

Em contrapartida, a outra visão, considera que o camponês existiu num determinado momento da história do pensamento econômico, no feudalismo, e com a argumentação de que no Brasil não existiu tal sistema, o mesmo se aplicando ao camponês, não fazendo sentido revitalizar tal definição para o contexto agropecuário do país. Assim, reforçam e disseminam que existe uma produção familiar, predominante, porém, desfavorecida no Brasil – a Agricultura Familiar.

Reconhecido o debate teórico, chama-se a atenção a partir da realidade concreta da produção agropecuária do Brasil, de que existem distintas lógicas organizacionais e produtivas, e a generalização conceitual faz uma simplificação e/ou redução de um universo muito mais complexo.

Partindo desse pressuposto, adota-se nesse ensaio a definição no sentido mais amplo da representatividade – produção familiar agropecuária, onde se considera um espectro de diferentes sistemas produtivos com

possibilidades desde a dinâmica de subsistência a aquelas mais integradas aos mercados, mas que tenham a família como centro de decisão.

Considera-se que condições econômicas e sociais desiguais, inerentes ao desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura em particular, ocasionam lógicas de produções diferenciadas no setor agropecuário brasileiro, consolidando distintos sistemas produtivos, cada um destes entendidos como:

“Modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento, utilizando combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofridas historicamente pelo meio natural (MAZOYER (1987) apud FAO, 1993, p. 11).”

Logicamente, cabe aqui a ressalva de que não há como generalizar a produção familiar a ponto de não conter integração consolidando um CAI. No entanto ressalva-se que, no caso específico brasileiro, os produtores familiares, em sua maioria, não conseguem participar de forma integral no mercado, diferente do que ocorre nos países europeus, a citar o exemplo da França, que os produtores familiares conseguiram atingir um grau de relação e espaço no mercado que se fazem vinculados à dinâmica mediante um capital social, tendo suas participações integradas e de maneira expressiva. No caso do Brasil, pelo contrário, a grande maioria participa de forma parcial e incompleta do mercado, comercializando seus excedentes depois de garantir a reprodutibilidade e manutenção do sistema.

O modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA (1994), in OLALDE, 2004, p.1).

Certamente a produção familiar se caracteriza por sua organização produtiva, em que o grupo familiar se responsabiliza pelas atividades, não tendo uma divisão clássica e hierárquica do trabalho e nem tão pouco a

distribuição financeira sendo feita categoricamente ao longo dos meses entre os membros da família.

Para Neves (2006, p. 47), é a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

O núcleo familiar é responsável por todas as decisões no que se refere à dinâmica estabelecida na unidade produtiva, por exemplo: escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção.

Contrapondo a visão do “resto” da agricultura, é importante frisar que a produção familiar com menos de 24% do orçamento destinado ao setor agropecuário gera 32% da produção das cadeias agrícola e pecuária, o que garante a participação média aproximada entre os anos 1996 a 2005 de 9,6% do PIB brasileiro (DIEESE, 2008).

Segundo dados do Dieese (2008) fazendo referência ao ano de 2005, a produção familiar foi responsável por 82,2% da produção de mandioca, 41,3% de arroz, 58,9% de feijão, 43,1% de milho e ainda por 47,9% da produção de aves, 59% de suínos e 55,4% de leite, assim representando grande importância na economia interna brasileira, uma vez que, garante o abastecimento da maioria dos produtos para alimentação da população interna do país.

Os dados anteriormente apresentados possibilitam a reflexão de que mesmo com a modernização e os crescentes incentivos para produção agropecuária de grande proporção e voltada para exportação, a história não eliminou a produção familiar das relações econômicas e sociais (NEVES, 1998). De tal modo que nos remete a questão de que será que o novo padrão brasileiro agropecuário, como mencionou Kageyama *et ali* (1990), significa a crise do complexo rural.

É evidente que ocorrem transformações no meio rural brasileiro, no entanto não podemos desconsiderar que as desigualdades estruturais e os desníveis de acessos e oportunidades para as diferentes unidades produtivas no Brasil, geram condições sociais e econômicas desiguais, fato que não exclui suas participações.

Essa situação se agrava ao se tratar de Amazônia, onde coexistem formas produtivas que se distinguem pelas lógicas e formas de organização, tendo em um mesmo espaço territorial relações de produções pré-capitalistas

e capitalistas, aquelas que vivem exclusivamente para garantir a reprodução familiar e de seus meios de produção.

De acordo com Wanderley (1999):

“Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. (Wanderley,1999, p.7).”

Não se submetendo ao sabor do mercado demandante, coordenando e reivindicando sua autonomia e seus processos, a pequena produção, dita não integrada, não tem como determinante a realização monetária, o que lhe imprime caráter singular e pressupõe um olhar diferenciado, contrário à pasteurização ensejada pelo conceito dos CAIs.

Ainda citando Wanderley (1999), que considera ser bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional, mas a autora destaca que:

“No entanto, parece-me importante sublinhar [...] que estes “novos personagens”, ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (Op cit, p.7).”

Especificidades econômicas da unidade de produção agropecuária familiar

Tem-se claramente uma diferenciação entre a lógica dos sistemas produtivos que expressam suas atividades destinadas à maior obtenção do lucro em relação à lógica das unidades que partem da necessidade de estabelecer níveis de reprodução para a família e possibilitar a manutenção do sistema de produção.

É bem verdade que a Agricultura Familiar participa do mercado ou tenda a isso no futuro, mas com a diferença de não ser o mercado quem

determina o que produzir e em que quantidade, e ainda a forma como se insere nas negociações é diretamente dependente do excedente gerado, ou seja, primeiro o abastecimento para o autoconsumo para depois se ter a busca dos mercados.

Partindo da concepção da necessidade de autoconsumo em primeira instância, a composição da família passa a ser variável importante para determinação das estratégias produtivas, e isso se dá por dois fatores: o primeiro porque, dependendo do maior ou menor número de membros será o resultado programado para o ciclo agrícola, alterando desde o tamanho da área e quantidade de insumos utilizados na expectativa de suprir pelo menos a necessidade básica de autoconsumo da unidade familiar; o segundo fator diz respeito à quantidade de mão-de-obra, essa importante para o grau de organização das táticas produtivas, já que normalmente dependem única e exclusivamente da força de trabalho familiar, o número de pessoas aptas a trabalhar é levado em consideração no início de cada ciclo.

Assim, a produção agropecuária familiar tem a especificidade que Chayanov ao se referir ao campesinato russo chamou de “auto-exploração da força de trabalho” (CHAYANOV, 1974, p.73; BONNAL, REYNAL e FIGUEREDO, 1995, p.33), fato que se aplica à lógica de produção familiar existente no Brasil, já que se verifica a composição da família como determinante dos limites superiores e inferiores do volume de sua atividade econômica, ou seja, a quantidade de membros aptos a trabalhar determinam o limite superior do volume da atividade e o limite inferior é determinado pela quantidade de bens materiais absolutamente necessários para assegurar a existência da família.

O estímulo de satisfazer as demandas de seus consumidores é preponderante na tomada de decisão para a atividade econômica, logo, a relação entre o número de consumidor e trabalhador vai gerar diferentes estratégias adotadas pelas famílias que desempenham atividade agropecuária, contribuindo conseqüentemente para maior heterogeneidade no meio rural.

Quando comparada essa lógica com a dinâmica das unidades capitalistas no campo fica explicitada a distinção, uma vez que a produção familiar por efeitos naturais tem uma limitação dada enquanto a produção capitalista teoricamente é ilimitada, buscando sempre melhores resultados econômicos e financeiros para se obter maiores lucros.

Outro fato é destacado por Chayanov (1974, p. 90) que notavelmente distingue uma lógica da outra. A relação de produção numa unidade capitalista se dá com todos os seus elementos expressados em grandeza objetiva, podendo ser analisados a partir de uma única unidade. Já no caso da unidade familiar, que conta com a mão-de-obra da família para conduzir o sistema, sua relação de produção tem duas grandezas expressas: uma de caráter objetivo é a unidade que caracteriza preço de produtos e gastos, no caso brasileiro em real (R\$) e a mão-de-obra expressa em valores naturais, dias e/ou horas de trabalho dos membros das famílias. A seguir, apresentam-se as equações e relações que expressam tal distinção.

Unidade Capitalista:

$$\text{Lucro Líquido (EL)} = \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais (DM)} - \text{Salários (S)}$$

Como já destacado, observando a equação se percebe que todas as variáveis podem ser mensuradas numa mesma unidade, por exemplo, o real (R\$). Além disso, ao fazer uma interpretação simples verifica-se que à medida que a unidade produz taxas superiores em relação à taxa de desconto habitualmente praticadas, essa se fez rentável, caso contrário a mesma estaria apresentando índices negativos em sua produção.

No caso da unidade familiar a distinção se deve ao fato da mão-de-obra ser computada em dias e/ou horas, não tendo como a mesma unidade ser utilizada ao longo de toda equação, dessa forma adota-se a interpretação de correlacionar os resultados gerados na unidade com a força de mão-de-obra utilizada ao longo do ciclo agrícola para verificar se o produzido foi satisfatório ou não.

Unidade de produção familiar

$$\begin{aligned} \text{Satisfatório: } & \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais} \geq \text{Trabalho (T)} \\ \text{Insatisfatório: } & \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais} < \text{Trabalho (T)} \end{aligned}$$

Diferente de uma unidade economicamente capitalista o produto líquido da despesa do trabalho é subjetivamente reconhecido satisfatório (vantajoso) ou insatisfatório (não-vantajoso). A remuneração da unidade de produção é uma derivada que depende da maneira pela qual os problemas globais do estabelecimento agrícola são resolvidos, no entanto o essencial é a remuneração anual do trabalho, não havendo uma divisão da remuneração mês a mês entre os membros da família. Além disso, muitas vezes a exploração familiar aceita níveis de remuneração da força de trabalho que não seriam possíveis numa exploração capitalista.

Isso quer dizer que se um empreendimento capitalista no campo sempre zelará por manutenções positivas em suas contas. Caso haja uma redução drástica em seus valores não cobrindo as despesas materiais e salários, essa será considerada uma atividade não rentável. Para a unidade de produção agropecuária familiar o valor abaixo de suas despesas é aceitável, se o equilíbrio econômico fundamental não puder ser alcançado através da utilização do trabalho oferecendo uma remuneração melhor.

Outra especificidade percebida na unidade familiar diz respeito à informalidade no processo de planejamento, coordenação e controle da produção e demais atividades, os projetos (objetivos e finalidades) são orientados, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar, o que garante a estratégia voltada para a segurança alimentar da família, minimizando riscos, emprego da mão-de-obra familiar, investindo na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção.

Diferente da unidade capitalista, na unidade familiar, dependendo das necessidades reprodutivas, a família pode intensificar o uso da força de trabalho familiar, com o mesmo capital, reduzindo a remuneração por unidade de trabalho, mas ampliando a renda total.

As famílias muitas vezes tomam a decisão de restringir seu investimento produtivo à mera renovação do capital adiantado ou ainda pode reduzir esse capital adiantado. Outras vezes ela pode nitidamente ampliar o seu nível de investimento produtivo, apresentando uma trajetória econômica ascendente.

Importante frisar que para além da diferenciação entre as duas grandes categorias, capitalista e familiar, tem que ser levado em consideração que os fatores até aqui apresentados ratificam a idéia de que há no campo uma diversidade de lógicas organizacionais e produtivas que justificam a

heterogeneidade do complexo rural. No caso brasileiro, em particular da Amazônia, a coexistência de unidades produtivas vão de condições de subsistência, estando no extremo com características de auto-abastecimento, notadamente unidades pequenas com práticas tradicionais de agricultura, até as grandes propriedades, completamente integrada à indústria e dependente do mercado e contando com gestão profissionalizada.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

É condição sine qua non reter que cada unidade familiar apresenta diferentes fases numa unidade econômica distinta de acordo com sua força de trabalho disponível e o objetivo final pretendido. O que foi exposto durante o texto chama a atenção para o caráter plural e complexo do meio rural brasileiro abarcando desde a pequena exploração pautada na subsistência familiar até verdadeiros empreendimentos rurais, totalmente integrados e regidos pela dinâmica do mercado. A chamada 'nova abordagem' se refere a um caso específico dentro da diversidade do rural brasileiro, qual seja a exploração agropecuária integrada e articulada com o mercado. Além disso, mostra que a tendência geral da agricultura é a integração e a subordinação ao mercado, desconsiderando qualquer outra forma de estratégia de sobrevivência.

A forma de pensar o meio rural proposta pela 'nova abordagem' ainda influencia a elaboração de políticas públicas, retirando seu caráter universal e tornando-as cada vez mais focalizadas. Ao considerar de forma igual os "desiguais" incorre em um equívoco gravíssimo, pasteurizando o meio rural, consubstanciado nos Complexos Agroindustriais. Esta visão ceifa o poder de alcance das políticas públicas que poderiam, de fato e estruturalmente, equacionar o problema da desigualdade e pobreza rural.

Quando inserida a Amazônia neste debate observa-se, de forma ainda mais evidente, a inviabilidade de se pensar o meio rural a partir de um único arcabouço teórico. Isso se dá devido à heterogeneidade estrutural, a diversidade socioeconômica e, distintas lógicas produtivas.

Ao considerar a heterogeneidade estrutural, a diversidade socioeconômica, distintas lógicas produtivas, constata-se que "uma única teoria geral" é incapaz de explicar a complexidade do rural brasileiro sem incorrer no reducionismo, simplificando questões essenciais para pensar e

encaminhar políticas públicas.

Faz-se necessária a apropriação de teorias que, sobretudo sejam eficazes ao interpretar as desigualdades sociais e econômicas, ou seja, que possam dar conta do hiato das estruturas vigentes no meio rural, principalmente por que ainda é notório no Brasil uma indispensável reforma agrária com assistência técnica, financiamento e tecnologias adequadas para aumentar a produtividade rural, melhorando a apropriação dos produtos pelos próprios trabalhadores rurais, ou seja, aumentando a demanda dos produtos no próprio meio rural. Caso contrário ao invés de galgar o desenvolvimento ocorrerá cada vez mais submissão da população do meio rural, fortalecida pela acumulação de capital em detrimento das lógicas de não acumulação que ainda persistem no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. Campinas: UNICAMP. IE. 2001. (Coleção Teses).

BONNAL, P.; REYNAL, V de; FIGUEREDO, R. B. de. **Economia do estabelecimento agrícola**. Belém. CCA/UFGPA. 1995.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP /Inst. Econ-Fecamp, 2002.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3.ed./Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, 2008.

FAO. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia Metodológico**. INCRA. Brasília, 1993.

- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais; análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v.5, n. 4. out.-dez. 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUALDA, N. L. P., **Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2006.
- GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Texto para Discussão, 186)
- KAGEYAMA, A. et ali. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. et ali (org.) **Agricultura e políticas públicas**. IPEA. 127. p. 113-223, 1999.
- LEITE, S. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais. In. Estudos **Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, out. 2003.
- LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 175 p.
- MARTINE, G. Trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 23, mar.1991.
- MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989
- NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografiajAgricultura_Familiar.pdf 2006.

NEVES, Delma. P. O Econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D. M. da et al. **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracaju: Embrapa - CPATC: SDRMA, 1998. p. 13-34.

OLALDE, A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. 2004.

PRONAF. **Buscando as raízes: agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: MDA/PRONAF, 2002. 48 p.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999. 245 p. (Economia e Planejamento; 36. Série "Teses e Pesquisas; 21).

WANDERLEY, M. de N. B., Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1999, Caxambu, MG. **Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro. 1999.

Palavras-chave: Matigaba; mulheres; coleta; trabalho.

1. Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Agricultura Urbana, Região de produção de CNPq, Principais linhas de pesquisa: trabalho agrícola, população rural, agricultura familiar. Trav. Euzébio Pinheiro, S/N, Bairro Marco - Belém - PA - CEP: 66097-900. galva@cpau.embrapa.br

2. Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Região de produção de CNPq, Principais linhas de pesquisa: agricultura familiar e movimentos sociais. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais, Av. Augusto Corrêa s/n - Campus Universitário Guamá, CEP: 66075-900 - Belém - PA. henzo@ufpa.br

3. Mestre em Fruticultura Tropicla, Pesquisador da Embrapa Hortaliças, Região de produção de CNPq, recursos genéticos de hortaliças tropicais de origem de Ind. Av. Brasil-Max, 3250 - Pq. 13 de Julho CEP: 49025-040 - Aracaju - SE. joseluis@cpau.embrapa.br

4. Analista de Mercado em Agricultura Familiar, UFPA, Belém-PA. marcelo@ufpa.br